

XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

BEHAVIOR OF BRAZILIAN SCIENCE IN RELATION TO MILITARY DICTATORSHIPS: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS IN THE BRAZILIAN DIGITAL LIBRARY OF THESIS AND DISSERTATIONS

Olívia Andrade Coimbra – Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Guiomar da Cunha Frota – Universidade Federal de Minas Gerais
Pablo Gomes – Instituto Federal do Maranhão

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A ditadura militar no Brasil deixou um legado de impunidade e após a redemocratização torna-se urgente o entendimento desse período histórico. Com o intuito de verificar as características da produção científica que trata da ditadura militar foi realizada uma análise bibliométrica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Verificou-se que a maioria das publicações estão inseridas em programas na área de História, bem como os orientadores com mais publicações sobre a temática também se inserem nessa área. Quanto ao aspecto do tempo verifica-se um crescimento das publicações após as Leis de Acesso à Informação e a criação da Comissão da Verdade.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; Publicações científicas; Memória; Bibliometria.

Abstract: The military dictatorship in Brazil left a legacy of impunity and after redemocratization the understanding of this historical period becomes urgent. In order to verify the characteristics of the available scientific production Digital Library of Brazilian Theses and Dissertations with military dictatorship subject was performed a bibliometric analysis. It was found that most publications are inserted in programs in the area of history, as well as the advisors with more publications on the subject also fall in this area. As for the aspect of time there is a growth of publications after the Laws on Access to Information and creation of the Truth Commission.

Keywords: Military dictatorship; Scientific publications; Memory; Bibliometrics.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil durou vinte e um anos, entre 1964 e 1985, e deixou um legado de violência e impunidade na sociedade brasileira. O Estado que deveria proteger e garantir direitos dos cidadãos tornou-se agente de repressão e terror, praticando ataques sistemáticos aos que julgavam opositores políticos, violou liberdades individuais, direitos civis e políticos, desrespeitando os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Após a restauração do regime democrático torna-se possível averiguar informações e constatar fatos que eram obscuros em um passado ditatorial marcado pela censura e pelo controle estatal da informação e da produção científica. Nesse sentido, produziram-se, sobretudo entre 2000 e 2019 no Brasil, pesquisas científicas motivadas pela necessidade de regatar as memórias da repressão e resistência.

A memória é uma construção social em que os atos de lembrar e esquecer estão em constante disputa, privilegiando determinados momentos históricos em detrimento de outros. Le Goff (2003) define a memória como um fenômeno individual e psicológico que se liga a vida social, que produz diferentes tipos de documentos ou monumentos para conservar aspectos do passado.

A construção das memórias da repressão ocorre de maneira conflituosa e não linear, envolvendo disputa entre diferentes atores sociais que demandam por reconhecimento e legitimidade de suas versões do passado na busca por verdade e justiça. Como aponta Jelin (2002) ao abordar o confronto entre o Estado e aqueles que foram oprimidos e marginalizados, esses últimos elaboram discursos que “surgem com uma pretensão, a de dar a versão “verdadeira” da história à partir de sua memória e a de reclamar justiça”¹. (JELIN, 2002, p. 42)

Uma das maneiras de se preservar a memória para usos futuros é materializá-la através de registros escritos em diferentes suportes, e um dos registros mais comuns utilizados pela ciência são as teses e as dissertações, destacando-se como fontes informacionais importantes para os estudos da memória, visto que a disputa por sentido e significação das memórias de repressão e resistência são apresentadas e questionadas por pesquisadores acadêmicos em suas produções científicas.

A produção científica brasileira sobre direitos humanos se intensifica, sobretudo a partir do processo de abertura política na década de 1990. Data também desse período a produção

¹ [...]surgen con una pretensión, la de dar la versión “verdadero” de la historia a partir de su memoria y la de reclamar justicia

sobre memória e repressão. Esses temas emergem pela premência de explicitar e de refletir sobre as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar brasileira. Conforme Frota (2019) “no Cone-Sul a produção governamental e a acadêmica sobre memória foi antecedida por uma extensa produção social dos grupos de direitos humanos, bem como das vítimas sobreviventes da repressão ocorrida durante as ditaduras militares.” (FROTA, 2019, p. 165)

Pensando na relação entre os registros do conhecimento como reveladores da memória coletiva e a produção científica sobre a ditadura no Brasil, este trabalho tem como objetivos principais identificar, no acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)², a produção e a disponibilização de teses e dissertações que têm como assunto a Ditadura Militar e mapear essa produção através das seguintes variáveis: a) área de conhecimento, b) área de formação do orientador e c) data da defesa.

2 MAPA DO TEMA DITADURA MILITAR NA BDTD

2.1 Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliométrica e teve como corpus 323 teses e dissertações que tratam do tema Ditadura Militar e que constituem o acervo da BDTD. A coleta de dados foi realizada na BDTD por se tratar de um repositório de livre acesso à produção científica que reúne textos completos de teses e dissertações defendidas em diferentes instituições brasileiras.

O recorte temporal definido delimitou a produção científica realizada entre 2000 e 2019. Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva por verificar a relação entre mais de uma variável e em fase exploratória por tratar de uma temática pouco problematizada na Ciência da Informação. Do ponto de vista dos procedimentos é bibliográfica, pois foi elaborada a partir de material já publicado. A análise bibliométrica foi empregada com o intuito de estabelecer e sistematizar indicadores da produção científica sobre Ditadura Militar. Tendo em vista a caracterização dessa produção relacionada ao contexto institucional e temporal escolheram-se as seguintes variáveis para análise: a) área de conhecimento, b) área

² A BDTD é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e tem como objetivo integrar e disseminar, em uma só base, teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras. Iniciou suas atividades no final do ano de 2002 e coleta as publicações dos sistemas de informação gerenciados pelas instituições, funcionando assim como provedoras de dados para o IBCT que opera como agregador. (BRASIL, 2019)

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

de formação do orientador e c) data da defesa. Na análise dos dados a pesquisa combinou procedimentos quantitativos e qualitativos.

Os procedimentos quantitativos foram empregados para mapear e estabelecer a frequência das teses e dissertações: por área de conhecimento (variável a), por área de formação do orientador (variável b) e por data de defesa (variável c). O procedimento qualitativo foi empregado para a análise dos resultados obtidos quanto à variável data de defesa. Nessa análise procurou-se interpretar as variações temporais da produção em relação ao contexto político, adotando como marco a publicação de duas leis fundamentais para o acesso à informação, à memória e a verdade, a saber: a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e a Lei de criação Comissão Nacional da Verdade (Lei (12.528/2011).

As buscas no repositório foram realizadas estabelecendo o campo **assunto** como norteador da pesquisa, considerando os seguintes termos 1) Ditadura Militar, 2) Regime Militar, 3) Golpe Militar, 4) Golpe de 1964, 5) Revolução de 1964³ e 6) Ditadura civil-militar como relevantes para a pesquisa, salientando a cobertura independente da segmentação de pensamento. Os termos foram pesquisados de forma combinada, através da adição de campos na opção de **Busca Avançada**, selecionando na correspondência de busca a opção **Qualquer termo**.

Para análise do material coletado empregaram-se técnicas bibliométricas, que consistem em técnicas quantitativas comumente utilizadas para medir a produtividade científica. Considerou-se como referência⁴ inicial a definição de bibliometria elaborada por Tague-Sutcliffe e traduzida por Macias-Chapula (1998), a saber:

[...]o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. A bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão. (MACIAS-CHAPULA, 1998, p.134)

³ A inclusão desse termo se fez pensando nas diversas variações que a temática poderia assumir, mesmo que se entenda no contexto dessa pesquisa que não houve uma revolução, mas sim um golpe de estado pelos militares. Essa diferença terminológica será objeto de análise na dissertação em desenvolvimento.

⁴ O presente artigo é parte de uma dissertação, em que será aprofundado o estudo da bibliometria utilizando mais referências, como por exemplo: VANTI, N. A. P.. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Ci. Inf., v. 31, n. 2, p. 369-379, ago. 2002.; OLIVEIRA, C. A.; SILVA, E. B. F.; OLIVEIRA, M. As publicações do encontro brasileiro de bibliometria e cientometria: identificando autoria e elaborando indicadores de produção científica. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 6, p. 6º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 2018.; entre outros.

A bibliometria é pautada por leis e princípios, e de acordo com Guedes e Borschiver (2005) existem três principais leis bibliométricas, são elas: Lei de Lotka (produtividade científica dos autores), Lei de Zipf (frequência de palavras) e Lei de Bradford (produtividade de periódicos). Esta última apesar de tratar da produtividade de periódicos pode ser adaptada para o contexto desse trabalho por estabelecer relações entre a dispersão e concentração de publicações de um determinado assunto, identificando núcleos de produtividade. (GUEDES; BORSCHIVER, 2005)

Para análise e sistematização dos dados foram consideradas apenas as publicações que apresentavam registros completos dos metadados. Como ferramenta para representação gráfica e tratamento dos dados foi utilizado o software Microsoft Excel.

2.2 Análise dos dados

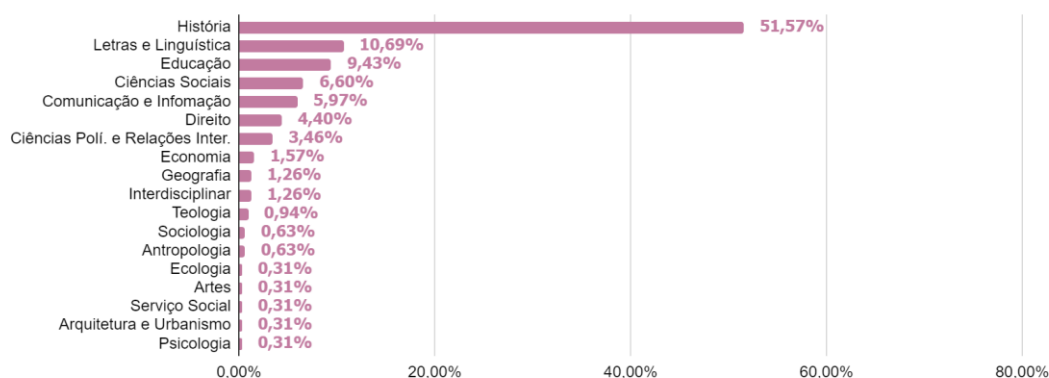
A partir da análise dos dados coletados na BDTD foram identificadas 514 publicações. Após a aplicação do critério de eliminação-retirada dos registros com dados incompletos nas categorias analisadas- chegou-se ao total de 323 teses e dissertações que tratam do tema Ditadura Militar, entre elas 261 são dissertações e 62 são teses. Essas publicações são produtos das pesquisas científicas realizadas para obtenção de título acadêmico, constituindo fontes de informação confiáveis à medida que passam pelo crivo de uma comunidade científica.

Avaliando as teses e dissertações quanto às áreas de conhecimento⁵ dos programas nos quais as pesquisas foram desenvolvidas, verificou-se que estão dispostas entre dezoito áreas distintas. A área de maior destaque é a de História que representa 51,57% das publicações, seguida da área de Letras e Linguística com 10,69%, Educação com 9,43%, Ciências Sociais com 6,6%, Comunicação e Informação com 5,97%. As demais áreas figuram com menos de 5% de representatividade quanto ao valor total, o que demonstra grande concentração em apenas uma área do conhecimento.

⁵ Baseado na Tabela de Áreas do Conhecimento disponível no portal Fundação CAPES.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Gráfico 1: Publicações de acordo com a área de conhecimento dos programas de pesquisa



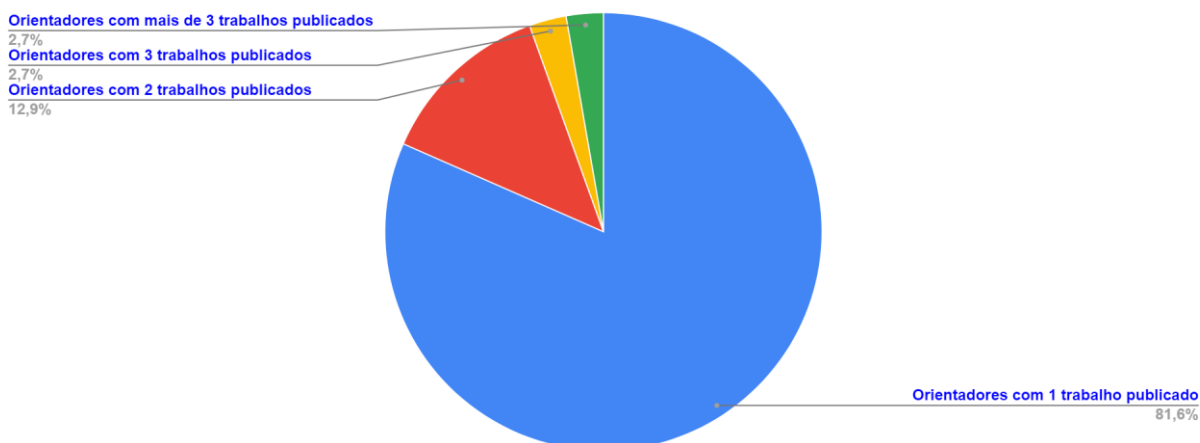
Fonte: Elaborado pelos autores

Tal concentração demonstra o enfoque histórico-social direcionado a esse tema, evidenciando a busca por interpretações de um passado recente marcado por violência política e terrorismo de Estado. A concentração da produção no campo da história recente contribui para a construção e a publicização das memórias da repressão e da resistência.

O estudo da memória está associado a história à medida que essa apreende fatos já decorridos, como salienta Le Goff (2003) ao considerar o estudo da memória social como intermediário para discutir os problemas do tempo e da história, como é o caso da Ditadura Militar ocorrida no Brasil e em outros países do Cone-Sul.

Ao tomarmos como referência a análise da quantidade de publicações por orientador identifica-se uma dispersão, em que as teses e dissertações estão pulverizadas entre muitos orientadores. Constata-se que 81,6% dos orientadores publicou apenas um trabalho sobre a temática, dos orientadores que publicaram mais de três trabalhos a representatividade é de apenas 2,7%.

Gráfico 2: Representatividade de publicações por orientador



Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria dos orientadores que mais produziram sobre a temática (Tabela 1) apresentam formação na área da História, com exceção de João Roberto Martins Filho que tem seu percurso de formação na área das Ciências Sociais e da Ciência Política. Todos pertencem a linha de pesquisa dentro da grande área das Ciências Humanas e na área de História.⁶

Tabela 1: Autores com o maior número de trabalhos orientados

Orientadores	Nº de trabalhos orientados
Antonio Rago Filho	8
Pedro Ernesto Fagundes	8
Maria Aparecida de Aquino	6
Paulo Giovani Antonino Nunes	5
Vera Lúcia Vieira	5
João Roberto Martins Filho	4
Marcos Francisco Napolitano de Eugênio	4

Fonte: elaborado pelos autores

Analisando o ano de defesa das publicações é possível afirmar que, na primeira década dos anos 2000 houveram poucas publicações. Entre os anos de 2013 e 2014 verificou-se um aumento que se manteve constante entre esses anos de 2015 e 2017 ocorreu um crescimento considerável das publicações, entrando em queda a partir de 2018.

⁶ Informações obtidas através da análise do Currículo Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar> Acesso em: 07 ago. 2019

Gráfico 3: Quantidade de publicações pelo ano de defesa



Fonte: elaborado pelos autores

No aspecto temporal é importante ressaltar a promulgação de duas leis, no ano 2011, com a finalidade de garantir direito a informação, à memória e à verdade, o que possivelmente impulsionou a abordagem da temática em pesquisas científicas.

A primeira foi a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) que reconheceu o acesso à informação como direito fundamental, permitindo a sociedade clareza na busca por informações na esfera dos três poderes do Estado, nas empresas públicas, órgãos de administração indireta (autarquias e fundações) e em entidades privadas que recebem recursos públicos. Para alguns autores a lei funciona como um instrumento de controle social e combate a corrupção, ampliando o poder de decisão em sociedades democráticas.

A segunda Lei (12.528/2011) foi a da criação Comissão Nacional da Verdade (CNV). Essa Comissão teve como objetivo apurar e esclarecer a sociedade graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil. Seu relatório final foi publicado em dezembro de 2014, tornando-se uma fonte informacional muito rica de registros e análises por especialistas daquele período.⁷

Percebe-se, na análise do Gráfico 3, que após a Lei de Acesso a Informação e a constituição da CNV ocorre um crescimento exponencial da quantidade de publicações. Esse aumento provavelmente resulta do fato de que a promulgação dessas leis impulsionou a abertura, ainda que parcial, dos arquivos de órgão públicos, principalmente os militares, que

⁷ ANDRADE; CARDOSO, 2014; FROTA, 2014

sempre se recusaram a entrega de seus documentos. A abertura e disponibilização dos arquivos viabilizou o acesso dos pesquisadores dos diversos campos aos documentos contendo registros das graves violações cometidas pelo Estado de 1964-1985 e das atividades de reconstituição da verdade pelas comissões.

O crescimento mais acentuado em 2013, dois anos após a criação desses dispositivos legais, aponta para o tempo regular de início e conclusão de pesquisas de mestrado seguindo dois anos mais tarde com um novo pico de publicações, tempo regular do doutorado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados apresentados é possível verificar como as teses e dissertações disponíveis na BDTD sobre a ditadura militar se alinham à área da História e foram impulsionadas provavelmente pela criação de leis que favorecem o acesso à informação, à memória e a verdade.

A pesquisa bibliométrica para a exploração da BDTD foi muito útil à medida que possibilitou gerar representações do comportamento de um tema, a Ditadura Militar, dentro da base de dados. Essa metodologia permitiu demonstrar mais do que as tendências de pesquisarem determinada área do conhecimento, a relevância e importância que certos temas possuem.

Pensar na reconstituição da memória e verdade sobre a Ditadura Militar somente em termos quantitativos, relativos a tendências estatísticas de pesquisa, deixa de considerar o lado qualitativo que tais dados demonstram. Esses dados esclarecem que a operacionalização da pesquisa sobre ditadura no Brasil precisou de recursos legais que permitissem aos pesquisadores o acesso a memória registrada nos documentos arquivísticos.

Ao avaliar as representações dos dados da pesquisa observa-se como a comunidade científica lida com o passado recente e como cria condições para recompor a memória de um povo. Por fim considera-se que o desenvolvimento de mais pesquisas acerca dessa temática é fundamental uma vez que o legado deixado pela ditadura militar não está inerte, mas faz parte do cenário político-social atual e é capaz de modificar o futuro.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila Cardoso de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. O acesso à informação pública no Brasil: Lei 12.527/2011 e as práticas sociais. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 109-125

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A criação da Comissão Nacional da Verdade. In: BRASIL. Relatório / **Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 219-273

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. **Tabelas de Áreas do Conhecimento/Avaliação**. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf Acesso em: 10 ago. 2019

BRASIL. Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Biblioteca Digital de Brasileira de Teses e Dissertações. **Sobre a BDTD**. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Content/whatIs> Acessado em: 01 ago. 2019

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação: informação, memória, justiça no contexto democrático pós-1988. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 71-84

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Memória e produção social da informação em direitos humanos: uma perspectiva latino-americana. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, nº especial, p.162-175, jan./mar. 2019

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CIFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ICI/UFBA, 2005. p.1-18.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: SIGLO XXI, 2002.

KOBASHI, Nair Yumiko; DOS SANTOS, Raimundo Nonato Macedo. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 13, n. 1, p. 106-115, 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p.419-476.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, v. 27, n. 2, 1998.